

**JAQUELINE FONSECA RODRIGUES
(ORGANIZADORA)**

ELEMENTOS DA ECONOMIA 2

Jaqueline Fonseca Rodrigues

(Organizadora)

Elementos da Economia 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Karine de Lima

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E38	Elementos da economia 2 / Organizadora Jaqueline Fonseca Rodrigues. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Elementos da Economia; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-319-4 DOI 10.22533/at.ed.194191405 1. Economia. 2. Economia – Política e governo. I. Rodrigues, Jaqueline Fonseca. II. Série. CDD 330.2
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A edição do volume 1 – **Elementos da Economia 2** traz em sua essência o entendimento da economia e a familiarização com os termos envolvidos na área de economia.

Pode-se enfatizar que a **Economia** faz parte das ciências sociais que estudam fenômenos que ocorrem na esfera da estrutura econômica, ou em outras esferas que terminam por afetar a estrutura econômica.

A economia é considerada uma **ciência social** porque a **ciência social** estuda a organização e o funcionamento das sociedades assim, pode-se dizer que a **Ciências Econômicas** ocupam-se do comportamento humano, e estudam como as pessoas e as organizações na sociedade se empenham na produção, troca e consumo dos bens e serviços.

O surgimento de “**falhas de mercado**” pode ocorrer devido ao fato de os agentes econômicos envolvidos não contabilizarem os impactos sociais das escolhas econômicas efetuadas, normalmente derivadas de decisões políticas provenientes de estudos econômicos. Através do vasto estudo econômico as políticas micro e macroeconômicas tendem a inserirem outras partes do complexo contexto social, os quais não foram inseridos em momentos decisórios da formulação e aplicação de estas.

Nota-se a elevada importância da inclusão de temas que englobem aspectos sociais e setor público, visando a constituição de uma sociedade que possa promover justiça, igualdade, que seja bem-sucedida e desta maneira, organizada.

Conforme os contextos exibidos, o objetivo deste livro é a condensação de formidáveis pesquisas envolvendo a esfera social e o setor público de modo conjunto através de instrumentos que os estudos econômicos propiciam.

O principal destaque dos artigos é uma abordagem de Elementos da Economia, através da apresentação de sistemas de informação em saúde, agricultura familiar, acordos comerciais, análises financeiras, mercado de trabalho, os quais destacam as aplicações práticas e metodológicas, além da contribuição para que se interprete as relações econômicas, sociais e de cunho político.

A preferência pela escolha efetuada inclui as mais diversas regiões do país e aborda tanto questões de regionalidade quanto fatores de desigualdade promovidas pelo setor econômico brasileiro.

Necessita-se destacar que os locais escolhidos para as pesquisas exibidas, são os mais variados, o que promove uma ótica diferenciada na visão da ciência econômica, ampliando os conhecimentos acerca dos assuntos apresentados. A relevância ainda se estende na abordagem de proposições inerentes ao Desenvolvimento Regional e Territorial; Gestão da Produção e Inovação, envolvendo Agroecologia, apresentando questões relativas à sociedade e ao setor público.

Enfim, esta coletânea visa colaborar imensamente com os estudos Econômicos,

Sociais e de Políticas Públicas, referentes ao já destacado acima.

Não resta dúvidas que o leitor terá em mãos respeitáveis referenciais para pesquisas, estudos e identificação de cenários econômicos através de autores de renome na área científica, que podem contribuir com o tema. Além disso, poderá identificar esses conceitos em situações cotidianas e num contexto profissional.

Jaqueline Fonseca Rodrigues
Mestre em Engenharia de Produção pelo PPGEP/UTFPR

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A INTEROPERABILIDADE DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE COMO PROPOSTA DE INOVAÇÃO EM SAÚDE	
Flávia Emília Cavalcante Valença Fernandes Rosana Alves de Melo Saulo Bezerra Xavier Ana Lúgia Passos Meira Jobson Maurilio Alves dos Santos Maria Grasiela Alves de Figueiredo Lima Roseane da Silva Lemos	
DOI 10.22533/at.ed.1941914051	
CAPÍTULO 2	9
A PERCEPÇÃO DOS MORADORES DAS CIDADES DE PETROLINA-PE E JUAZEIRO-BA ACERCA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO VALE DO SÃO FRANCISCO	
Murilo Campos Rocha Lima Renata Marques de Menezes Mota Fernanda Quintanilha da Silva Andréia Cipriano de Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.1941914052	
CAPÍTULO 3	24
ANÁLISE DOS IMPACTOS ECONÔMICOS NAS MACRORREGIÕES BRASILEIRAS DOS ACORDOS DE LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL ENTRE BRASIL E CHINA	
Angélica Pott de Medeiros Daniel Arruda Coronel Reisoli Bender Filho	
DOI 10.22533/at.ed.1941914053	
CAPÍTULO 4	36
ANÁLISE FINANCEIRA E ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE CATALÃO-GO: UM ESTUDO DE CASO	
Márcio do Carmo Boareto Euclides Fernandes dos Reis Vanessa Bitencourth dos Santos Sara da Costa Fernandes Vagner Rosalem	
DOI 10.22533/at.ed.1941914054	
CAPÍTULO 5	44\
CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DA AGROINDÚSTRIA BRASILEIRA NOS ANOS 2006 A 2015	
Bruna Costa de Paula Adriana Estela Sanjuan Montebello	
DOI 10.22533/at.ed.1941914055	

CAPÍTULO 6	61
COMÉRCIO EXTERIOR E POLÍTICA COMERCIAL NO BRASIL: REFLEXÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS ACERCA DA INSERÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA	
Tobias de Paula Lima Souza Lucas Ayres Costa	
DOI 10.22533/at.ed.1941914056	
CAPÍTULO 7	84
COMPETITIVIDADE DO SETOR AUTOMOBILÍSTICO BRASILEIRO NO MERCOSUL	
Patricia Kischner Cristiane Ivete Bugs Vione Andressa Neis Luana Rigo	
DOI 10.22533/at.ed.1941914057	
CAPÍTULO 8	96
DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL: UMA ANÁLISE PARA A REGIÃO SUL- FRONTEIRA NO PERÍODO DE 2000 A 2010	
Natalia Bogado Balbuena Vinícius Vasconcelos Braga Yhulds Giovani Pereira Bueno	
DOI 10.22533/at.ed.1941914058	
CAPÍTULO 9	109
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: ANÁLISE DA HETEROGENEIDADE SOCIOECONÔMICA NO TERRITÓRIO DAS ÁGUAS EMENDADAS	
Karina Palmieri de Almeida Clesio Marcelino de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.1941914059	
CAPÍTULO 10	123
DINÂMICA DAS COMPRAS PÚBLICAS PARA O PNAE DIRETAMENTE DO AGRICULTOR FAMILIAR: ESTUDO DE CASO EM MUNICÍPIOS DA PARAÍBA	
Jucimar Casimiro de Andrade Fernando Salvino da Silva Larissa Petrusk Santos Silva Rodolfo Donizeti C. de Albuquerque Rocha Robson José Silva Santana	
DOI 10.22533/at.ed.19419140510	
CAPÍTULO 11	141
EFEITO DA FINANCEIRIZAÇÃO SOBRE A PRODUTIVIDADE DO TRABALHO	
Luccas Assis Attílio	
DOI 10.22533/at.ed.19419140511	
CAPÍTULO 12	159
FINANCIAMENTO DO TRATAMENTO ONCOLÓGICO EM PERNAMBUCO: UMA ANÁLISE DOS HOSPITAIS PRIVADOS E PÚBLICOS DA REDE SUS	
Ivaldo Dantas de França Roseane da Silva Lemos Tiago Rafael de Sousa Nunes Maira Galdino da Rocha Pitta	

Moacyr Jesus Barreto de Melo Rêgo

DOI 10.22533/at.ed.19419140512

CAPÍTULO 13 168

GASTOS PÚBLICOS ESTADUAIS EM EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO MÉDIO

Francisco Antonio Sousa De Araujo

José Fernando Frota Cavalcante

Jose Maria Da Cunha Junior

Paulo De Melo Jorge Neto

DOI 10.22533/at.ed.19419140513

CAPÍTULO 14 185

IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO DE GESTÃO DA PRODUÇÃO DO CAFÉ POR INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

Luisa Amelia Paseto

Luísa Paseto

Aloísio dos Santos Espindola

Felipe Bellodi Bellini

DOI 10.22533/at.ed.19419140514

CAPÍTULO 15 199

IMPLANTAÇÃO DOS NÚCLEOS DE ECONOMIA DA SAÚDE NOS HOSPITAIS ESTADUAIS – O CASO DE PERNAMBUCO, BRASIL, 2016

Inês Eugênia Ribeiro da Costa

Roseane da Silva Lemos

Priscila Rossany de Lira Guimarães Portella

Geraldo Eduardo Vieira de Barros Puça

Ana Claudia Callou Matos

DOI 10.22533/at.ed.19419140515

CAPÍTULO 16 209

INOVAÇÃO E MUDANÇA ESTRUTURAL NA DINÂMICA CAPITALISTA: UMA ABORDAGEM EVOLUCIONÁRIA

Flávia Félix Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.19419140516

CAPÍTULO 17 225

INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ABORDAGEM INSTITUCIONALISTA

Sivanildo José de Almeida

Ricardo Lacerda de Melo

Fernanda Esperidião

DOI 10.22533/at.ed.19419140517

CAPÍTULO 18 241

INTERFACES TEÓRICO-ANALÍTICAS ENTRE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Kátia de Fátima Vilela

Alair Ferreira de Freitas

Rodney Alves Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.19419140518

CAPÍTULO 19 263

O COMERCIO E A PRODUÇÃO DE CARNE EQUINA NO BRASIL

Brenda Alves dos Santos
Camila Raineri
Eleonice Aparecida dos Santos Alves
Mahara Moreira Marquez

DOI 10.22533/at.ed.19419140519

CAPÍTULO 20 275

O DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NO PERÍODO RECENTE: 2005 -2016

Raquel Pereira de Souza

DOI 10.22533/at.ed.19419140520

CAPÍTULO 21 287

O PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA COMO INOVAÇÃO PARA REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL

Ana Lígia Passos Meira
Flávia Emília Cavalcante Valença Fernandes
Saulo Bezerra Xavier

DOI 10.22533/at.ed.19419140521

CAPÍTULO 22 294

POBREZA EM SUAS MULTIDIMENSÕES: UMA ANÁLISE ECONOMETRICA DA REGIÃO NORDESTE DO RIO GRANDE DO SUL

Ohanna Larissa Fraga Pereira
Caroline Lucion Puchale

DOI 10.22533/at.ed.19419140522

CAPÍTULO 23 307

PREVISÕES DO PREÇO DA ARROBA DO BOI GORDO: UM APLICAÇÃO DO MODELO ARIMA EM FUTUROS AGROPECUÁRIOS

Paulo Fernando Taveira Maselli
Sabrina Soares da Silva

DOI 10.22533/at.ed.19419140523

CAPÍTULO 24 318

PRINCÍPIOS AGROECOLÓGICOS E SOLIDÁRIOS NA COMUNIDADE BARRO, SERRINHA-BA: FAZENDO PESQUISA-AÇÃO COMO PROCESSO EDUCATIVO

Edeilson Brito de Souza
Glauciane Pereira dos Santos
Iaçanan Carneiro de Jesus
Carla Teresa dos Santos Marques
Heron Ferreira Souza

DOI 10.22533/at.ed.19419140524

CAPÍTULO 25 332

REDUÇÃO DE CUSTOS NO SETOR DE NUTRIÇÃO DE UM HOSPITAL REGIONAL A PARTIR DA INTERVENÇÃO DO NÚCLEO DE ECONOMIA DA SAÚDE

Bruna Maria Bezerra de Souza
Angélica Barbosa Arruda Patriota
Inês Eugênia Ribeiro da Costa
Roseane da Silva Lemos

CAPÍTULO 26 338

REGULAÇÃO E PERCEPÇÃO DA QUALIDADE E CONSUMO DO QUEIJO DE COALHO ARTESANAL NO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Girleno Costa Pereira

DOI 10.22533/at.ed.19419140526

CAPÍTULO 27 354

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA: TEMPO GASTO E NECESSIDADE NA PERCEPÇÃO DOS ENFERMEIROS

Jobson Maurilio Alves dos Santos

Flavia Emilia Cavalcante Valença Fernandes

Mayra Cavalcante do Nascimento

Milena Souza dos Santos

Palloma Lopes de Arruda

Rafaela de Oliveira Xavier

Rosana Alves de Melo

DOI 10.22533/at.ed.19419140527

CAPÍTULO 28 361

SUSTENTABILIDADE EM AGROINDÚSTRIAS: ALTERNATIVAS PARA EVITAR O DESPERDÍCIO DE RESÍDUOS AGROINDUSTRIAIS DO PEDÚNCULO DE CAJU - UMA REVISÃO DE LITERATURA

Wesley Fernandes Araújo

Lindalva de Moura Rocha

Inês Maria de Souza Araújo

Gabriela Almeida de Paula

Leanne Silva de Sousa

Matheus Fernandes Folha

Luciano Borges da Rocha Filho

Reijaner Vilanova Araújo

DOI 10.22533/at.ed.19419140528

CAPÍTULO 29 383

COMPARAÇÃO DE ORÇAMENTOS ENTRE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL CONVENCIONAIS E NÃO CONVENCIONAIS DE UM PROJETO DE RESIDÊNCIA OFERECIDO PELA COHAB DE SANTA CATARINA COM APLICAÇÃO NA REGIÃO DE RIO-MAFRA

Eduardo Francisco Pimentel

Olaf Graupmann

DOI 10.22533/at.ed.19419140529

SOBRE A ORGANIZADORA..... 397

INTERFACES TEÓRICO-ANALÍTICAS ENTRE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Kátia de Fátima Vilela

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa – Departamento de Economia Rural (UFV/DER). Professora efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) – *Campus* São João Evangelista. Viçosa/MG.

Alair Ferreira de Freitas

Professor Adjunto do Departamento de Economia Rural e do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutor administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Viçosa/MG.

Rodney Alves Barbosa

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa – Departamento de Economia Rural (UFV/DER). Professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) – *Campus* São João Evangelista. Viçosa/MG.

RESUMO: As organizações de economia solidária desenvolvem atividades numa perspectiva de democracia e inclusão social, subvertendo a lógica da acumulação primitiva do capital. Na agricultura familiar os empreendimentos solidários, constituídos por associações ou cooperativas, representam

um mecanismo para superação das lacunas de mercado e para formação de cadeias produtivas integradas pela solidariedade, buscando geração de renda e, principalmente, melhoria da qualidade de vida das famílias e comunidades rurais. Suas características principais envolvem autogestão, solidariedade econômica, autonomia e empoderamento social, caracterizando-se como alternativas para a promoção do desenvolvimento local. Este é um trabalho de revisão de literatura, que tem por objetivo apresentar as contribuições teórico-analíticas sobre economia solidária no meio rural, sinalizando processos educativos sob os quais se edificam as práticas econômicas solidárias e como elas modificam pensamentos e proporcionam externalidades além do econômico, como autoestima, identidade e soberania dos agricultores familiares.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária, Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local

ABSTRACT: Solidarity economy organizations develop activities from a democracy and social inclusion perspective, subverting the logic of primitive capital accumulation. In family agriculture, solidary enterprises, made up of associations or cooperatives, represent a mechanism for overcoming market gaps and for the formation of productive chains integrated by solidarity, seeking income generation and,

above all, improving the quality of life of families and rural communities. Its main characteristics involve self-management, economic solidarity, autonomy and social empowerment, characterizing themselves as alternatives for the promotion of local development. This is a literature review that aims to present the theoretical-analytical contributions on solidarity economy in rural areas, signaling educational processes under which economic practices are built and how they modify thoughts and provide externalities beyond economic, such as self-esteem, identity and sovereignty of family farmers.

KEYWORDS: Solidary Economy, Family Agriculture, Local Development.

1 | INTRODUÇÃO

O conceito de agricultura familiar foi incorporando-se às diversidades de recursos da academia, ao debate político, ao meio sindical, entre organizações de movimentos sociais e agentes da extensão rural. Assim, ele se legitima no Brasil pela ação do Estado em meados dos anos 90, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O PRONAF, importante política pública destinada à agricultura familiar, trata-se de um programa do Governo Federal criado em 1996, com intuito de atender de forma diferenciada os mini e pequenos produtores rurais que desenvolviam suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho (FILHO, 2009).

Para Schneider (2010) o reconhecimento da agricultura familiar como categoria social, foi um dos fatores decisivos que contribuiu para a revalorização das concepções sobre o desenvolvimento rural e serviu de diretriz para as políticas públicas a partir da década de 1990. O que hoje chamamos de agricultores familiares já recebeu (e ainda recebe) diferentes nomes. A categoria agricultora familiar, popularizou-se ao mesmo tempo em que crescia o debate sobre a importância social, econômica e ambiental desse tipo de agricultura para a formulação de estratégias de desenvolvimento rural sustentável no país. Nessa perspectiva (GUANZIROLI et al., 2000), destaca que a construção da categoria agricultura familiar pelo PRONAF tem o objetivo normativo de delimitar o público que esse programa tem capacidade de abranger. O fundamento dessa classificação é o tipo de inserção ou adaptação dos agricultores familiares em relação a mercados e a geração de renda.

Contudo, para entender melhor a importância da agricultura familiar é válido considerar que não é somente a dinâmica da produção que orienta a organização socioeconômica das propriedades. Assim, suas práticas não são essencialmente guiadas pela necessidade de organização da produção visando obter renda e lucro por meio da comercialização de produtos em mercados diversos (DIAS, 2006).

Denominar o estabelecimento familiar como unidade de produção é simplificar algo que é muito mais complexo. Para além da produção, ou antes dela, deve-se compreender que existe na agricultura familiar uma unidade social em que o trabalho

e a produção são parte importante das estratégias de reprodução, não apenas econômica, mas também social, das famílias no meio rural (CARNEIRO, 1999 e DIAS, 2006), portanto, o termo agricultura familiar, refere-se a trabalhadores rurais, que possuem em comum, a vida no meio rural e a mão de obra familiar.

Ao mencionar a categoria de trabalhadores da agricultura familiar esbarramos em sua importância para o desenvolvimento local, nesse sentido, destaca-se a trajetória do desenvolvimento rural que é influenciada pelo contexto histórico de cada localidade. No Brasil, a modernização agrícola trouxe uma série de discussões relacionadas ao desenvolvimento rural. No entanto, o termo desenvolvimento relaciona-se com o processo de mudança no meio rural, fomentando formatos organizacionais que fortalecem a união de diversos atores, alinhado às suas potencialidades, isso se consolida através da constituição de organizações de agricultores que visam auxiliar no crescimento e desenvolvimento econômico e social de suas comunidades.

Face a esse contexto, observamos a constituição de Organizações de Economia Solidária (OES) no meio rural, onde diversos atores percebem que a união de forças leva, através do associativismo e cooperativismo, a um benefício que além de valorizar suas potencialidades locais ainda auxilia na sustentabilidade da unidade produtiva. Destacando assim, as Organizações de Economia Solidária em um canal importante de produção, organização de produção, agregação de valor e de comercialização da produção (PIRES, 2003). Nesse sentido, o associativismo e o cooperativismo no meio rural configuram-se como sendo um caminho para que os agricultores familiares, sejam inseridos nos mercados locais, institucionais e globais.

A economia solidária além de integrar a pauta de movimentos sociais e de pesquisas no meio acadêmico, tornou-se objeto de esforços significativos por parte do Estado brasileiro, principalmente através de políticas públicas vinculadas à Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, cujo Professor Paul Singer, um expoente na área – foi o secretário nessa secretaria até 2016, é relevante destacar que Singer além de ser economista e professor, permaneceu no cargo da SENAES por 13 anos.

Não obstante sua existência e disseminação, percebe-se uma diversidade de termos como Economia Social, Economia Solidária, Economia Popular Solidária, Socioeconômica Solidária, entre outras, que expressam o processo atual de discussões e necessidade de definições sobre o tema. Nota-se a coexistência de diferentes abordagens quanto ao tratamento conceitual conferido aos fenômenos de economia solidária (CANÇADO, 2007). Essas abordagens refletem trajetórias de vida, participação em grupos de militância, experiências e opções acadêmicas, enfim, uma gama de perspectivas sobre o tema construídas a partir de elementos sociopolíticos e históricos.

Mesmo ante a toda essa pluralidade de acepções sobre o sentido que a economia solidária possui, parece haver convergência quanto a essa ser uma forma de produção, consumo e distribuição de riquezas pautada na cooperação, centrada na valorização do trabalhador e não do capital. Em outras palavras, trata-se de todas as

formas de organizar, transformar e distribuir a produção de maneira autogestionária, orientada por princípios solidários (SINGER, 2002). Deste modo, princípios como a autonomia, motivação para mudança e ajuda mútua são componentes fundamentais e estruturantes das formas de organização dos empreendimentos econômicos solidários.

No cenário atual do Brasil, os empreendimentos econômicos solidários organizam-se de variadas formas. Seja enquanto cooperativa, associação, microempresa, banco comunitário, ou ainda, grupos informais de produção, consumo e crédito. Mais especificamente no meio rural, a economia solidária recentemente vem mostrando forte expressão. Sua inserção no meio rural é evidenciada no cotidiano das organizações econômicas e de representação política da agricultura familiar. De acordo com Sabourin (2009) existe nas agriculturas familiares uma diversidade de práticas econômicas denominadas de Economia Solidária, mas ainda pouco exploradas por estudos acadêmicos aprofundados.

Historicamente, no Brasil, o Estado recorreu às OES com duas intenções diferentes, primeiramente, para “promover suas políticas de desenvolvimento, reduzindo os efeitos da crise econômica mundial de 1929 e para garantir o abastecimento dos centros urbanos. Posteriormente, para retomar o modelo baseado na produção de commodities” (COSTA et al., 2015, p.114). No meio rural, essas OES levam-nos à reflexão sobre os diferentes tipos de desenvolvimento, sejam eles econômicos, endógenos, locais, regionais, sustentáveis, sociais, ambientais, etc. Nesse contexto, destaca-se que os agricultores vivenciam uma relação solidária que atravessa gerações, principalmente nas relações de trabalho e autoconsumo, pois no meio rural os vínculos econômicos não são uma estrutura externa aos indivíduos, como acreditavam os neoclássicos, mas uma estrutura enraizada nas relações sociais (GRANOVETTER, 1985).

As OES, transformam a agricultura familiar em um setor que enfrenta a competitividade e que auxilia na fomentação do desenvolvimento Local. Para Jesus, (2003, p.72) o desenvolvimento local é visualizado quando “a utilização de recursos e valores locais, sob o controle de instituições e de pessoas do local, resulta em benefícios para pessoas e o meio ambiente do local”. Para esse autor, quando uma ação é fundamentada no intuito de promover o desenvolvimento local, ela valoriza a cooperação da sociedade civil, procurando estabelecer uma relação de complementaridade com o local, essa união possui suas ações voltadas para a valorização das potencialidades locais, deixando para trás o pensamento de que o rural é atrasado em relação à cidade (ABRAMOVAY, 1997). Então, a agricultura familiar é uma forma alternativa ao sistema capitalista de produção. A economia solidária representa novas e amplas possibilidades de trabalho para esses agricultores, com autonomia e sentimento de igualdade, pois, por vezes, eles sentem necessidade de ter uma atividade produtiva que garanta renda e emprego para a comunidade e que, ao mesmo tempo, ajude a minimizar o êxodo rural.

A realidade local e o próprio segmento da agricultura familiar não são estáticos,

esses atores rurais, bem como suas práticas e processos introduzidos na dinâmica das unidades familiares rurais e no guarda-chuva conceitual que é a agricultura familiar, vêm passando por mudanças técnicas e econômicas. Essas mudanças estão fortemente ligadas às transformações sociais e organizativas dos agricultores e os progressos referentes ao ambiente institucional, principalmente ligados às políticas de desenvolvimento rural que impactam de forma efetiva nas condutas econômicas e outras estratégias de reprodução desse segmento (SABOURIN, 2006b). Essas mudanças na agricultura familiar, ligadas às novas formas de governança do desenvolvimento rural no Brasil, caracterizam-se por três tipos de processos interligados:

O desengajamento do Estado de certos apoios diretos à produção agropecuária familiar (em termos de infraestruturas, comercialização, assistência técnica, capacitação e crédito); a segmentação das políticas públicas em programas específicos, mais de ordem social que produtivos (pobreza rural, meio ambiente, gênero, jovens, assistência social, segurança alimentar), e, mais recentemente a abordagem territorial e participativa (SABOURIN, 2006b, p.31).

Neste novo ambiente, as organizações de agricultores familiares passam a assumir novos papéis. Eles são mobilizados em particular, em dois tipos de circunstâncias: i) para assumir funções de interesse geral que eram antes da responsabilidade do Estado ou que deveria sê-lo, ii) para participar da elaboração ou da gestão de projetos ou programas de desenvolvimento local, territorial ou de manejo de recursos naturais (SABOURIN, 2006b). Isso é observado, principalmente, a partir de novos discursos acompanhando as tendências das políticas públicas que incentivam a organização da agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável. Também se insere nesse contexto de mudanças, nas estratégias políticas governamentais, a economia solidária como forma de organização da agricultura familiar e instrumento de geração de renda.

O objetivo deste estudo foi promover uma discussão teórica-analítica que proporcione à reflexão sobre a importância dos empreendimentos solidários no meio rural. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas em livros, artigos, teses, dissertações e revistas científicas, com o intuito de contribuir para o debate sobre a investigação proposta.

2 | ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia fundamentada em solidariedade e reciprocidade não é nada recente. As raízes desse modelo de empreendimentos são antigas - esse tipo de organização solidária existe desde a Idade Média. Para Motchane (2003), o desequilíbrio financeiro vivenciado na Europa na década de 80 resultou no aumento da pobreza e no desemprego, fatos que impulsionaram esses empreendimentos sociais, surgindo as OES em resposta às lutas contra a exclusão social e como forma de buscar soluções diante da insuficiência do poder público. Na América Latina, as diversas tipologias de organizações comunitárias constituídas por grupos populares das cidades grandes

resultaram na constituição das Organizações de Economia Solidária (FRANÇA FILHO, 2002). Porém, é recente sua viabilidade em ações públicas (FRANÇA FILHO, 2006), governamentais (políticas públicas), de organizações e entidades da sociedade civil e através da criação de espaços institucionais de debate, tanto em nível local quanto em nível nacional.

No cenário atual, a economia solidária é objeto de instrumentos de políticas públicas por parte da Secretaria Nacional de Economia Solidária, alocada no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE/SENAES). A política pública escolhida pelo governo brasileiro funda-se tanto nas perspectivas técnico-financeiras ou tecnológicas (crédito popular, incubadora de empreendimentos e cooperativas) quanto educativas (treinamento). A economia solidária é definida pelo governo brasileiro (MTE, 2009) como o conjunto das atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, crédito e poupança organizada pelos trabalhadores de maneira solidária, em forma coletiva ou autogestão. A economia solidária envolve o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva que privilegiam o trabalho em detrimento ao capital, independente do contexto que se manifeste, seja em meio urbano ou rural. Parte do princípio de organização administrativa autogestionária com um ideal de democracia econômica e gestão coletiva a ser perseguido pelos seus membros.

Nestesentido,convencionou-sequeeladizrespeitoaoconjuntodeempreendimentos solidários autogetionários que praticam os princípios do cooperativismo, mas que não se restringem ao formato organizacional de uma cooperativa (ALCÂNTARA, 2001). Assim, o enquadramento, ou não, dos empreendimentos como sendo pertencentes à economia solidária, independente da forma e classificação, estaria restrita a - ou partindo de – dois pontos principais, quais sejam, serem solidários e serem autogestionários (ALCÂNTARA, 2005), para Singer (2003, p. 14) as principais formas de organização econômica que expressam e operacionalizam essa economia, são:

[...] 1. Homens e mulheres vitimados pelo capital estabelecem-se como produtores associados tendo visado não só ganhar a vida mas reintegrar-se à divisão social do trabalho em circunstâncias de competir com as empresas capitalista; 2. Pequenos produtores de mercadorias, do campo e da cidade, se associam para comprar e vender coletivamente, visando economia de escala, e passam ocasionalmente a criar empresas de produção socializada de propriedade deles; 3. Assalariados se associam para adquirir em conjunto bens e serviços de consumos, almejando ganhos de escala e melhor qualidade de vida; 4. Pequenos produtores e assalariados se associam para reunir suas poupanças em fundos rotativos que lhes viabilizem obter empréstimos a juros baixos e eventualmente financiar empréstimos solitários; 5. Os mesmos criam também associações mútuas de seguros, cooperativas de habitação etc.

As diversas formas econômicas denominadas de economia solidária materializam-se tanto em meio rural como urbano. Contudo, elas mobilizam principalmente iniciativas ligadas ao meio urbano. Estas foram, em grande parte dos casos, o foco dos estudos e pesquisas acadêmicas até o momento. Sabourin (2006,

2009) é um dos autores que moveu esforços teóricos para expandir as reflexões acerca dessas iniciativas em meio rural. Ele desenvolve reflexões que nos mostram a economia solidária como um conjunto de atividades que não se limita apenas a empreendimentos formais cooperativos, mas que se manifesta no meio rural, dentre outras práticas, em experiências de manejo de recursos ou de bens comuns, os fundos rotativos solidários e as feiras agroecológicas de proximidade. Essa extensão do campo de aplicação da noção já polissêmica de economia solidária leva a considerar a diversidade das suas referências teóricas e a questão da pluralidade das práticas econômicas que podem ser encontradas entre agricultores familiares (SABOURIN, 2009). Este autor evidencia ainda que, além da diversidade de iniciativas econômicas inseridas no campo da economia solidária no meio rural, as diversidades de agricultores familiares compartilham a construção de sistemas econômicos baseados na cooperação e na solidariedade. Os agricultores envolvidos nessa economia não são homogêneos e refletem a pluralidade de suas estratégias de reprodução socioeconômica.

Ao analisar as características dos agricultores de base familiar do Brasil e suas formas econômicas tomando como referência pesquisas em diversas regiões, constata-se que existe na chamada economia solidária uma “pluralidade de iniciativas que se enquadram entre as perspectivas da troca mercantil e da reciprocidade” (SABOURIN, 2009, p. 261), sinalizando possibilidades de interface entre esses dois sistemas, também chamado de lógica mista, as práticas de economia solidária mobilizam recursos híbridos e fazem parte das estratégias de reprodução da agricultura familiar e de seus empreendimentos econômicos. O tópico 3, faz uma reflexão sobre o termo agricultor familiar.

3 | AGRICULTURA FAMILIAR

O conceito de agricultor familiar obedece a alguns critérios, como tamanho da propriedade, mão de obra familiar e gestão familiar da unidade de produção. Altafin (2005) ressalta que a concepção de agricultura familiar é utilizada como um guarda-chuva conceitual, abrangendo inúmeras situações, e é uma contraposição à agricultura patronal. A noção de agricultura familiar inclui várias categorias sociais, como, por exemplo, assentados, arrendatários e parceiros integrados a agroindústrias (SCHNEIDER, 2003). Para o Estado brasileiro, agricultura familiar é aquela que possui unidades de produção familiares que não ultrapassem quatro módulos fiscais, que tenha gestão realizada pela família, que utilize a mão de obra familiar e, ainda, que tenha a maior parte da renda oriunda das atividades econômicas na propriedade (COSTA et al., 2015). Nessa perspectiva, a agricultura familiar é reconhecida por sua importância social e econômica e por sua relevância para o desenvolvimento local e regional, sendo sua produção destinada aos mais diversos mercados alimentícios (HURTIENNE, 2005).

Os estudos sobre a produção rural familiar demonstram que a maioria dos países

reconhece esse segmento social como fator econômico importante, e no Brasil esse contexto não é diferente. As inquietações sobre esse tema têm ganhado destaque nos últimos anos, principalmente a partir do final de 1980, conduzidas pelas discussões sobre a geração de emprego e renda, desenvolvimento sustentável desenvolvimento local e segurança alimentar. O assunto é vasto na literatura acadêmica, com muitos artigos, dissertações e teses sobre essa temática. Dentre esses, destacam-se algumas considerações, conforme quadro 1.

Fernandes (2002)	relata que os conceitos de agricultura familiar, exploração familiar, pequena produção, produção camponesa, agricultura de subsistência ou produção rural familiar são utilizados em vários trabalhos científicos sem uma ponderação teórica apurada, apontando várias divergências quanto à definição dos critérios que delimitam esse universo.
Veiga (1991)	ênfatisa que o fortalecimento da produção agrícola proveniente da produção familiar caracteriza-se pela participação direta da família na organização e execução das atividades rurais.
Ferraz et al. (2008)	reforçam que o conceito de agricultura familiar é muito amplo e possibilita diversas abordagens e análises. Porém, algumas generalidades do conceito permitem dar atributos comuns, sendo os principais a família como proprietária dos meios de produção, o trabalho na terra, as modalidades de produção, as manifestações de valores e as tradições.

Quadro 1: Considerações Conceito de Agricultura Familiar

Fonte: Elaborado pelos autores

Devido a essa dimensão e relevância da agricultura familiar, destaca-se que em países desenvolvidos o agricultor familiar, desempenha um importante papel de reduzir a pobreza e, ainda, de alicerçar as sociedades democráticas e estáveis. Seu desenvolvimento e sua grandiosidade são a garantia de acesso à terra, pois ela exerce papel estratégico disseminado em muitas análises, como o de garantir uma transição socialmente balanceada entre uma economia de base rural rudimentar/artesanal e uma economia industrializada e moderna (PREZOTTO, 2005). Desta forma, para a *Food and Agriculture Organization* (FAO), os agricultores familiares, os pescadores, as pessoas que dependem da floresta, os pastores e as comunidades tradicionais e indígenas são fundamentais para a segurança alimentar na maioria dos países, no entanto, eles estão entre as populações mais vulneráveis do mundo (FAO, 2017), observa-se ainda que a agricultura familiar foi associada a outros grupos, expandido ainda mais o conceito, apontando sua importância e suas fragilidades.

É notório o fato de que a agricultura familiar esteve, durante um longo período, às margens da sociedade. Os grandes proprietários de terras sempre tinham benefícios, em todos os sentidos, em detrimento dos pequenos, especialmente no que se refere a incentivos governamentais. A divisão de terra figurava-se desigual, uma vez que com a ausência de oportunidade no meio rural o homem do campo buscava na cidade o que

lhe faltava, provocando o êxodo rural e o acúmulo de terras nas mãos de poucos. Isso impulsionou as pressões sindicais de 1996 que foram fundamentais para conduzir o governo a criar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com o intuito de prover financiamentos agrícolas e de oferecer apoio institucional aos pequenos produtores.

Porém, apesar de os investimentos do Pronaf serem destinados à melhoria da vida no campo, Wanderley (2000) ressalta que existe a dificuldade, propagada em todo o Brasil, de elucidar-se o que seria agricultura familiar, principalmente após a criação desse programa. O autor define agricultura familiar como forma operacional, comparando o agricultor familiar com sua aptidão e potencialidades. Assim sendo, a agricultura familiar está associada a agricultores que são capazes de se moldar às exigências do mercado, em detrimento aos demais. Apesar de a agricultura familiar ser responsável por gerar emprego e renda; e também pelo enraizamento do homem ao campo, minimizando, assim, o êxodo rural, ela ainda possui pouco incentivo do poder público (IBGE, 2006).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e outras políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, contribuem para que o agricultor familiar se torne um importante ator social. Para Wanderley (2000), essa revalorização do meio rural como sendo um local de trabalho e de preservação de vidas se evidencia na retomada da permanência na terra. Nessa concepção, Guanziroli et al. (2001) salientam que por meio de políticas agrícolas de apoio à agricultura familiar, como o Pronaf, a tendência é que os agricultores se solidifiquem e se fortaleçam. É relevante destacar que a agricultura familiar é um importante fornecedor de alimentos do mercado interno brasileiro. No entanto, ainda há carência de capacitação. Nesse sentido, vale ressaltar que a administração é uma ciência da esfera formal da economia destinada ao estudo das organizações que compõem esse universo. Poucas são as pesquisas no campo da teoria das organizações que julgam as particularidades das organizações que atuam no terceiro setor, onde predominam a autogestão e a valorização do capital social (SERVA, 1999). Para esse autor, a maioria dos autores de administração que analisam esse tipo de organização desconsidera suas práticas internas, explorando-as a partir de uma concepção funcionalista, acolhida sobre os mesmos princípios e instrumentos aplicados às demais empresas públicas e privadas, porém é necessário tratar as OES com suas especificidades.

Tendo por base uma abordagem complexa do fenômeno administrativo, as particularidades dessas organizações não devem ser consideradas como acidentes contingenciais, mas como fatores essenciais para compreensão das suas formas de gestão. Vale destacar que as Organizações de Economia Solidária não têm fins lucrativos, e, sim, possuem fins econômicos e sociais de gerar renda aos seus membros (LECHAT, 2002). Como exemplo, destaca-se a recolocação no mercado de trabalho, além de auxiliar no desenvolvimento social. Dessa forma, uma OES oferece possibilidades de combate ao desemprego e é, simultaneamente, um mecanismo de

suporte ao desenvolvimento humano. Suas principais características são: o capital social, o modelo de autogestão e os valores de solidariedade, autonomia econômica, valorização das pessoas e cooperação.

Os princípios essenciais do conceito de capital social foram traçados, em sua maioria, durante a década de 1980. Pierre Bourdieu e James Coleman foram os sociólogos que mais evidenciaram o tema, delineavam como elo de correntes sociais que proporcionam vantagens e oportunidades tanto para indivíduos quanto para as comunidades (COSTA, 2003). A noção de capital social é uma espécie de resposta ao mito da civilização moderna de que a sociedade é um conjunto de indivíduos independentes, cada um agindo individualmente para alcançar seus próprios objetivos (COLEMAN, 1990). Sendo assim, o capital social permite ver que os indivíduos não agem de modo independente, que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e seu comportamento nem sempre é egoísta. Para Bourdieu (1980), o capital social é um conjunto de recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento, ou, em outros termos, ao pertencimento a um grupo, como um conjunto de agentes unidos por ligações permanentes e úteis.

Na concepção de Pereira et al. (2010), o capital social refere-se à existência de uma rede de relações sociais associadas a um objetivo comum, sendo ele a maneira pela qual os indivíduos utilizam para alcançar benefícios coletivamente, configurando-se em um modelo ideal para a realidade da agricultura familiar. Já Putnam (2006) menciona que as relações sociais existentes em uma determinada sociedade estimulam a confiança, e esta é um componente básico do capital social, pois promove a cooperação. Sendo assim, quanto maior for o nível de confiança em uma comunidade, maiores serão as probabilidades de ocorrer cooperação entre os indivíduos. Nessa perspectiva, Pase (2012) destaca que o capital social relaciona-se com o empoderamento dos atores, o autor reforça que a confiança potencializa a democracia, fomenta o desenvolvimento econômico e proporciona outros ganhos, tais como o acesso a informações e o incentivo à solidariedade.

A cooperação é realidade nas OES, consolidando esses empreendimentos. Para Jesus e Tiriba (2003), hoje temos uma maior inclinação ao coletivismo. É como se o egoísmo saísse de cena e desse lugar ao trabalho em conjunto, uma vez que a cooperação nas OES ocorre pela mescla de forças variadas em prol de um objetivo social comum, em que o coletivo resulta em maior benefício aos atores envolvidos. Então, a partir do associativismo ou do cooperativismo é possível identificar, na formação e nas ações dos membros, características de um processo de autogestão para nas organizações. Os membros associados interagem não somente contribuindo, mas também em nível de gestão, auxiliando e participando nas tomadas de decisões; em um trabalho conjunto, visando os objetivos comuns.

As OES evidenciam-se pela autogestão, configurando-se em uma moderna forma de gestão. Essas organizações são voltadas não somente para um crescimento

econômico, mas também para educação, destacando seu eixo social de luta e despontando como uma nova forma organizacional, com potencial produtivo e intensificador de renda para os trabalhadores rurais. Já Putnam (2006) relata que as associações comunitárias, as cooperativas, os sindicatos e as organizações similares representam uma forma essencial de capital social, pois são grupos com interação horizontal, em que todos possuem o mesmo status e o mesmo poder, e a hierarquia entre seus membros não se faz presente. Nesse sentido, quanto mais desenvolvidos forem os grupos horizontais em uma comunidade, maiores serão suas capacidades em benefício da própria comunidade rural. Pode-se afirmar que as organizações associativas se caracterizam pela gestão democrática de seus recursos e de suas atividades, em que cada associado tem poder igualitário na tomada de decisão. Sua constituição está legitimada em interesses comuns entre os indivíduos e na percepção de que unidos podem alcançar melhores resultados econômicos (STEINER, 2006), no meio rural, isso significa maior acesso aos mercados.

O contexto social no qual as relações mercantis dessas associações ou cooperativas estão inseridas é crucial. Nele existem redes compostas por um conjunto de atores ligados por uma relação de interesses comuns, formadas de interação social que põe os atores em união, em que o mercado é um lugar abstrato de articulação e o fato econômico é um fato social. As Organizações de Economia Solidária, desempenham suas atividades mercantis tendo como princípio à cooperação, essas organizações são geridas pelos próprios membros, e esses atores possuem a preocupação de estabelecer meios que tornem a gestão democrática e participativa, uma vez que, esses empreendimentos são criados para resolver problemas comuns coletivos sociais (MONZÓN, 2006). Essa transição do indivíduo excluído no meio rural, que vivia no anonimato, para um indivíduo atuante dentro das OES, promove mudanças no comportamento social, pois, muitas vezes, ele passa a ser operante também fora da organização, onde antes se julgava excluído.

Frey (2003) ressalta que as ações cooperativas comunitárias com o objetivo de solucionar os problemas comuns da coletividade relacionam-se ao nível de capital social desenvolvido ao longo de um período de tempo em uma determinada sociedade. Nesse ponto de vista, o capital social proporciona desenvolvimento uma vez que “as relações sociais são fator decisivo na superação das desigualdades e determinante para o desenvolvimento de um grupo, comunidade ou região” (PEREIRA et al, 2010, p.3), para o autor, o capital social é um dos elementos do desenvolvimento, já que o controle social e a participação legítima dos atores nas tomadas de decisões são elementos essenciais da democracia. A partir das OES, observa-se na formação e nas ações do grupo, características de uma prática de autogestão para gerir esse modelo organizacional no meio rural. Seus membros devem interagir, contribuir, auxiliar e participar nas tomadas de decisões. Reforçando essa concepção, Wanderley (2001, p.36) relata que “Um meio rural dinâmico supõe a existência de uma população que faça dele um lugar de vida e de trabalho e não apenas um campo de investimento ou

uma reserva de valor.”

Por fim, destaca-se tanto o capital social quanto a autogestão como frutos das OES, sendo esses considerados molas que impulsionam o desenvolvimento rural. O bem-estar econômico e social é derivado de parâmetros positivos de uma sociedade mais justa e igualitária, em que se fazem presentes o ingresso ao conhecimento, os recursos monetários e o acesso ao trabalho, o que demonstra o grau de relação do capital social e da autogestão com as demais formas de capital, sejam eles natural, humano ou financeiro, atuando positivamente no desenvolvimento das comunidades rurais e no fortalecimento da agricultura familiar. Após observações sobre o termo agricultor familiar, a seção 4, fará interfaces analíticas e empíricas relacionando as OES e a agricultura familiar, problematizando o desenvolvimento rural.

4 | INTERFACES ANALÍTICAS E EMPÍRICAS ENTRE ECONOMIA SOLIDÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR: PROBLEMATIZANDO O DESENVOLVIMENTO RURAL.

Primeiramente é necessário entender o desenvolvimento como sendo um processo de mudança, seja ele de uma pessoa, comunidade, região, estado ou nação. Mudanças essas que permeiam tanto pelas mudanças pessoais, culturais, políticas e até mesmo econômicas. Além disso, o um termo desenvolvimento demonstrar algo positivo, pois nos lembra o crescimento de alguém ou de alguma coisa, ou mesmo de algum lugar. O desenvolvimento vigente nos anos de 60, 70 e 80 deu-se pelas virtudes dos diversos atores que almejavam mudanças, ou seja, pela disposição de implantação de um novo modelo que os levassem ao desenvolvimento e conseqüentemente ao crescimento, fosse ele cultural ou econômico.

Nesse período, muitos países desenvolveram-se graças à uma mudança de mentalidade e de hábitos, ou seja, uma mudança na estrutura mental dos membros desses países/comunidades. Nesse processo, destacam-se os empreendimentos de OES na agricultura familiar, uma vez que, esses sujeitos sofreram ônus da modernização agrícola e da revolução verde; almejavam mudanças, uniram-se através de movimentos sociais e suas reivindicações foram acatadas, com isso foram reconhecidos como categoria de agricultura familiar com criação de políticas voltadas para impulsionar o desenvolvimento no meio rural. Dados que evidenciam a relevância desses trabalhadores para o sonhado desenvolvimento local, a maior visibilidade dessa categoria é notória, principalmente do ponto de vista de geração de emprego, renda e segurança alimentar (FAO/INCRA, 2000)

Freitas (2015) relata que no Brasil, nos anos 1960 e 1970, o desenvolvimento rural esteve relacionado com a modernização agrícola, ou seja, com a Revolução Verde. Nessa época a concepção de desenvolvimento estava intimamente ligada ao crescimento econômico. Para o autor, a modernização era o caminho para o desenvolvimento. As reformulações ocorridas nos anos 1980 trouxeram várias mudanças relacionadas ao rural, uma vez que o desenvolvimento passou a ser questionado por grupos sociais

variados, que deixaram de ser contemplados na modernização agrícola. Esse grupo entra para as agendas públicas e passa a ser ator participativo no empoderamento dos agricultores familiares. Freitas (2015) corrobora com Navarro (2001), destacando que o desenvolvimento rural se encontra associado à várias ações do Estado, destinadas às intervenções nas comunidades rurais vulneráveis, considerando que o agricultor familiar não foi integrado ao processo de modernização rural.

Já Terluin (2003) ressalta que para compreender o desenvolvimento nas áreas rurais é necessário recorrer as disciplinas que versam sobre o desenvolvimento econômico em comunidades rurais, como: economia regional, economia rural, sociologia rural, geografia rural, etc. Mas o desenvolvimento das áreas rurais é um conceito amplo e ao mesmo tempo subjetivo, não podendo ser explicitado com satisfação por apenas uma das teorias dessas diversas perspectivas de disciplinas. No panorama dos estudos rurais, por exemplo, três enfoques podem ser apresentados: desenvolvimento exógeno, desenvolvimento endógeno e uma conciliação dos dois tipos de desenvolvimento. Na perspectiva do desenvolvimento exógeno, o desenvolvimento rural é imposto por forças externas e é construído em determinadas regiões. Já no ponto de vista do desenvolvimento endógeno, esse progresso relaciona-se com o desenvolvimento local, impulsionado por potencialidades locais, onde os atores e as instituições desempenham papel relevante (TERLUIN, 2003).

O desenvolvimento rural pode ser visto como uma combinação de forças tanto internas quanto externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente, onde o grau de comprometimento e cooperação dos membros dessas comunidades reflete diretamente em seu grau de desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento está relacionado com as ações de uma comunidade em função de seus membros ou de ações de instituições (governos, empresas ou outros grupos), fazendo parte de um processo de interiorização do conceito, com objetivo de trazer um bem estar comum, suprimindo não só as necessidades materiais mas também daquilo que é intangível. Logo, é importante destacar que o termo desenvolvimento, é um conceito subjetivo que normalmente está relacionado ao desenvolvimento econômico (VEIGA, 2008), porém, no meio rural o desenvolvimento possui uma íntima relação com a mudança social, onde o grau de união da comunidade traz como benefício a capacitação, o empoderamento e a melhoria de vida para os agricultores familiares.

Dando sequência na perspectiva do desenvolvimento, Chambers (2010) destaca que existe um conjunto de novas coisas que é essencial, como novas palavras, ideias e valores; e que essas acontecem a nível individual e vão além de questões políticas e econômicas. Para o autor, devemos ter uma agenda pessoal para o desenvolvimento, ou seja, só podemos discutir ou pensar no desenvolvimento a partir de nossas próprias ações e de nossos próprios conceitos e até mesmo do quanto estamos dispostos a mudar. Nessa perspectiva, o indivíduo é compreendido como membro de uma sociedade e, ao mesmo tempo, como responsável pelas pessoas e pelo meio ambiente.

4.1 COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE: AS FONTES DO CAPITAL SOCIAL

O conceito de capital social, ganhou visibilidade entre pesquisadores na década de 90 com a publicação da obra *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna* de Robert D. Putnam, autor é considerado um expoente nos estudos relacionados a essa temática. Segundo Putnam (1993) o conceito de capital social é compreendido através de três aspectos: confiança; normas e cadeias de reciprocidade; e sistemas de participação cívica. Para o autor, a confiança é fundamental no capital social, as normas relacionam-se às regras, as cadeias de reciprocidades associam-se ao ato de retribuição. Já a participação cívica é a participação desses atores em OES, tais como: associações, cooperativas, clubes, grupos de lazer, sindicatos, entre outros, existindo sempre a horizontalidade entre os participantes.

As regras de reciprocidade camponesa em relação à redistribuição dos fatores de produção (terra, trabalho e técnicas) e do ingresso no mercado, são técnicas herdadas de seus ancestrais. Por isso, as comunidades recorrem a essas novas formas organizacionais, conhecidas como OES, onde os agricultores familiares assumem as práticas antigas de seus antepassados (ajuda mútua, manejo dos bens comuns) ou novas funções (HAUBERT, 1981, BOSC, 2005 e SABORIN, 2009). O capital social possui a função de valorizar a produção dos agricultores familiares, agregando recursos e potencialidades sociais locais no intuito de conseguir alcançar melhorias na qualidade de vida de todos os membros da comunidade rural. Nessa Lógica, a solidariedade, os objetivos comuns e a cooperação advinda do trabalho coletivo no meio rural, são essenciais para que esses agricultores familiares consigam acessar os mercados institucionais e ao mesmo tempo consigam concorrer no mercado capitalista.

4.2 AUTOGESTÃO: AUTONOMIA E PROTAGONISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR

As organizações de economia solidária são autogestionárias, ou seja, nesse modelo de empreendimento econômico, os trabalhadores são os sócios. Consequentemente, os trabalhadores participam das deliberações e a autogestão é compreendida como uma estratégia econômica e ao mesmo tempo social, fugindo da lógica empresarial capitalista. A autogestão no meio rural, relaciona-se com a ruptura do modelo de trabalho que temos em nossa sociedade, onde ou somos empregadores, ou somos empregados. A autogestão constrói novos atores no meio rural, pois desenvolve nesses agricultores familiares suas habilidades empreendedoras e solidárias, trazendo ganhos econômicos e sociais para a comunidade.

Porém, Saborin (2009) salienta que as organizações dos agricultores familiares, são estruturas sócio-profissionais e voluntaristas, ou seja, ninguém se torna membro das OES ao nascer, mas por escolha voluntária e mediante relação contratual. A função que o capital social possui nas OES é, justamente, valorizar a produção dos agricultores familiares através do reconhecimento e motivação das potencialidades

sociais locais para conquistarem uma melhor qualidade de vida para todos os membros da comunidade. Sendo, a economia solidária um sinônimo de agir coletivo, poder nas tomadas de decisões, democracia e cooperação, fatores esses que extrapolam o contrato jurídico existente entre os cooperadores e os ganhos financeiros.

4.3 REDES E MERCADOS SOLIDÁRIOS

Para os agricultores familiares, a atuação em rede permite a troca de experiências, a captação de parcerias para aprimorar a gestão dos empreendimentos e assegurar a competitividade no mercado global. A partir dessa concepção Avesol (2018) salienta que as Redes Solidárias visam promover um processo educativo que possibilite construir autonomia e inclusão produtiva, contemplando aspectos da gestão solidária, comércio justo e viabilidade socioeconômica. Além disso, as redes de mercados solidários, buscam através da parceria, garantir padrão de renda mais justo para os membros dos empreendimentos da agricultura que participam das redes solidárias, combatendo assim, a exclusão social e valorização das pessoas e das trocas produtos-serviços- informações, fortalecendo as relações econômicas e colaborando com o desenvolvimento rural. Frente ao exposto na seção 4 e seções anteriores, a seção 5, traz umas observações para construção de um projeto de desenvolvimento solidário para a América Latina

5 | CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO PARA A AMÉRICA LATINA

Possuímos uma desigualdade acentuada em todas as regiões que compõem a América Latina, ou seja, desde grandes latifundiários em determinadas regiões até pequenos produtores e pessoas vivendo em condições precárias. Devido a essa discrepância de realidade, não temos uma sociedade dual (STAVENHAGEM, 1967).

Esse contexto apresenta uma relação com as fases motivos da colonização da América Latina, que foram para cristianizar, civilizar e comercializar, com os objetivos de abrir comercio e explorar os recursos dos países colonizado. Esse quadro se apresenta até os dias de hoje com países desenvolvidos, direcionando seus esforços para outros determinados países, apenas para abrir mercado ou exploração de seus recursos, mantendo uma modernização que é excludente com os agricultores familiares. A forma como foram feitas as colonizações na América Latina, as diferenças existentes, dificultam a utilização do termo sociedade dual, pois as partes que deveriam ser simultaneamente solidárias, acabam criando uma situação de dependência de uma para com a outra, onde uma região se desenvolve em função do subdesenvolvimento de outras (STAVENHAGEM, 1967).

Para pensa um modelo de economia solidária para a América Latina, deve-se levar em conta o potencial para geração de emprego e renda que a categoria agricultor familiar possui em nossa sociedade. Tendo um olhar minucioso voltado tanto para

o fortalecimento quanto para solidez desses trabalhadores, podendo contar com o Estado para suprimir prejuízos e recompensa-los (STAVENHAGEM, 1967), reforçando a necessidade que esses trabalhadores possuem de apoio do Estado e implementação de políticas públicas adequadas as suas realidades. Portanto, a integração na América Latina é produto da miscigenação e, não se pode atribuir o desenvolvimento de um país ou região às características biológicas de seu povo, como o exemplo dos brancos, índios, negros, mestiços etc.

O desenvolvimento na América Latina, está relacionado com a aliança de operários e camponeses. Muitas localidades buscam desenvolvimento, porém, ainda não conseguiram. Os motivos variam, um deles é a exportação modelos criados para outras localidades, não respeitando a questão contingencial e com isso só é possível discutir um modelo de desenvolvimento dentro de um novo padrão de comportamento dos atores, com novas formas de pensar e agir. Não adianta tentar um modelo de desenvolvimento, sem o efetivo compromisso individual para atingir esse fim.

Nesse contexto é importante destacar as concepções de Chambers (2010), onde ressalta que nossas praticas devem ser compatíveis com nossos discursos, caso contrário será difícil chegar ao desenvolvimento. Isso remete as relações com o outro dentro das OES. Outro ponto importante é destacado por Sen (2010), ao complementar que o resultado do processo de desenvolvimento deve focar as pessoas como elemento central. Dando ênfase, Chambres (2010) vai um pouco além, destacando que é de responsabilidade dessas pessoas mudarem a forma de pensar e agir em função de promover e sustentar o desenvolvimento.

Com essa nova perspectiva percebe-se, que a população rural deve assumir uma postura proativa frente ao desenvolvimento, com novos padrões de valores e conceitos, não só em busca do bem-estar individual mas do coletivo, através de suas ações e da constituição de OES, que promovam a participação e envolvimento dos trabalhadores rurais, estimulando e valorizando as parcerias com organizações de outros produtores rurais, instituições locais e regionais, poder público municipal, estadual, federal e universidades. Essa mudança de comportamento, possibilitará a criação de um modelo de desenvolvimento adequado para cada país, valorizando suas redes de colaboração, estimulando a criação de políticas públicas adequadas para cada região. Por fim, a agenda pessoal individual de cada, comprometendo-se pessoalmente com o desenvolvimento conforme citado por Chambers. Surgindo então, as Organizações de Economia Solidaria Sólidas, consolidando assim, um desenvolvimento baseado na cooperação e na solidariedade, não somente no capital.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a apresentação teórica e analítica nas seções anteriores, percebe-se a relevância das Organizações de Economia Solidária para os agricultores familiares.

Essa forma organizacional apresenta-se como sendo um caminho para a execução e comercialização dos produtos e serviços ofertados por esses trabalhadores. Nessa concepção, destaca-se que no associativismo e cooperativismo existe a cooperação entre seus membros; essa cooperação forma uma estrutura coletiva que beneficia todos os membros. As OES transformam a participação individual e familiar em uma participação coletiva, podendo ser consideradas uma alavanca, uma forma de agregar capacidade produtiva e comercial a todos os membros, fortalecendo os agricultores por meio da união, da parceria e da troca de experiências.

As práticas associativas representam um elemento que revela o capital social de uma sociedade onde existe a valorização das relações horizontais, como confiança, solidariedade, coletividade e reciprocidade. Todos esses aspectos somam-se em prol do benefício da comunidade rural e contribuem para o fortalecimento dessas organizações de economia solidária. Tanto as iniciativas das OES quanto os processos de autogestão não possuem uma receita a ser seguida, pois devemos respeitar a realidade das comunidades rurais em questão. É preciso ter consciência da necessidade de construirmos a realidade local periodicamente, levando em consideração ainda que cada associação ou cooperativa, bem como seus membros, possui seu perfil, sua identidade própria e sua especificidade.

A autogestão é uma forma de transição do pensar e agir individual para intervenções coletivas. Essa perspectiva fortalece e transforma os empreendimentos de economia solidária em oportunidades potenciais em auxiliar no combater ao desemprego no meio rural, uma vez que o mercado se mostra insatisfatório nessa missão. As OES, são meios importantes para a ascensão do desenvolvimento no meio rural. É necessário ainda refletir sobre o papel dessas organizações solidárias para o resgate da autoestima dos agricultores familiares. Caso contrário, os agricultores familiares correm o risco de estar diante do desemprego e do êxodo rural. Por outro lado, por meio das OES eles terão oportunidades de serem inseridos nesse novo contexto de trabalho no meio rural, sentindo-se valorizados, com melhores situações de trabalho, justas e igualitárias.

Conforme exposto, o desenvolvimento rural é alicerçado pelos atores locais, através de suas ações empreendedoras coletivas e valorização das potencialidades locais. Esse processo de desenvolvimento no meio rural, levar em consideração as oportunidades sociais, o acesso aos mercados globais através da economia local, aumentando a renda de seus atores (BUARQUE, 1999). Para o autor, o nível de desenvolvimento está relacionado às iniciativas empreendedoras da coletividade, canalizando as competências locais. Por consequência, o desenvolvimento local depende da capacidade e nível de envolvimento em empreendimentos coletivos.

Além disso, com o aprendizado oportunizado esses trabalhadores, por meio da autogestão, aperfeiçoam a autoestima e se tornam pessoas mais completas, mais desenvolvidas em suas circunstâncias humana, social e cultura. O associativismo e o cooperativismo são o melhor caminho para a inserção da agricultura familiar no

mercado, pois para atender às exigências do mercado esses agricultores precisam se organizar em empreendimentos solidários, constituindo associações ou cooperativas para superarem as lacunas de mercado, se manterem competitivos e ainda serem reconhecidos pela sociedade, Estado e Mercado.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO DO VOLUNTARIADO E DA SOLIDARIEDADE AVESOL. Economia Solidária. www.avesol.org.br. Disponível em: <<http://www.avesol.org.br/p/economia-solidaria.html>>. Acesso em: 27 mar. 2018.
- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. *Revista São Paulo em perspectiva*. São Paulo, v. 11, n. 2, p. 73-78, abr./jun. 1997.
- ALCÂNTARA, F. H. C. “Institucionalismo, Racionalidade e Solidariedade em Cooperativas Populares” *in* Sônia Heckert. *Cooperativas Populares: Reflexões e Perspectivas*. Juiz de Fora, Editora da UFJF, 2003.
- _____. *Economia Solidária: o dilema da institucionalização*. São Paulo, Arte & Ciência, 2005.
- ALTAFIN, I. *Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar*. Brasília, 2005, 18 p.
- ARRUDA, M. *Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa*. (Texto preparado para apresentação na conferência sobre Globalização e Cidadania, organizada pelo Instituto de Pesquisas da ONU para o Desenvolvimento Social), Genebra, dez. 1996.
- BOURDIEU, P. *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*, 3. Ed. Rio de Janeiro: LTR, 1987.
- BUARQUE, S. C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal*. Brasília, DF: IICA, 1999.
- CHAMBERS, R., *For our future – Responsible well-being: a personal agenda for development*, in CHAMBERS, R., *Ideas for development*, London: Earthscan, 2010 p.184-p.220.
- CANÇADO, A. C. Para a apreensão de um conceito de cooperativa popular. In: CANÇADO, A. C. *et alii* (org.). *Economia Solidária, cooperativismo popular e autogestão*. Palmas: NESOL/UFT, 2007. 320p.
- CASAROTTO FILHO, N; PIRES, L. H. *Redes de pequenas e medias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- COLEMAN, J. S. – *Foundations of Social Theory* – The Belknap Press of Harvard University Press – Cambridge, Londres, 1990.
- CORAGGIO, J. L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, G. (org.). *Economia solidária dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Salvador: Vozes, 2000. p. 191-198.
- COSTA, M. Al. N. Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: A favela da Mangueira no Rio de Janeiro. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, 2003.

COSTA, B. A. L. et alii. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais de Minas Gerais, v. 53, n. 1, p. 109-126, Jan/Mar. 2015.

CRUZ, A. Redes de economia solidária – papéis e limites de atores envolvidos: trabalhadores, universidades e Estado. In: Seminário Internacional “La construcción de conocimientos y practicas sobre La economia social y solidaria em América Latina y Canadá”, 2009. Buenos Aires: CESOT/FCEUBA, 2009.

DELGADO, G. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. *Estudos Avançados*, v.15, n. 43, 2001.

DIEGUES, A. C. Sociedades e comunidades sustentáveis. São Paulo: USP/NUP- AUB. 2003.

DIAS, M. M. Agricultura familiar: disputas conceituais, tipologias e políticas públicas. Curso de especialização em Desenvolvimento Sustentável para o Semi-Árido Brasileiro. ABEAS/UFCG. Campina Grande, 2006.

FAO/INCRA. Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO. Novo retrato da agricultura familiar. O Brasil redescoberto. Brasília, 2000.

FERNANDES, B. M. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA, XIII. 2002, João Pessoa. Anais. João Pessoa: AGB, 2002.

FERRAZ, O. G. et al. Microcrédito rural: análise sobre a modalidade do Pronaf. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2008. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/9/725.pdf>. Acesso em: 01 jul.2017.

FILHO, J. B. S. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar - PRONAF. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo26.htm>. Acessado em 2 jul.2009.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. ONU pede políticas a favor da agricultura familiar. Disponível em: <<http://www.fao.org/news/story/pt/item/215800/icode/>> Acesso em 26 jun. 2017.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J.L. Economia solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 199p.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise de Dados*. Salvador: SEI, v.12 n.1 p. 9-19, jun. 2002.

FRANÇA FILHO, G. C. A economia popular solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, G. C. *et alii* (org.). Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006 p. 57-7.

FREITAS, A.F. Dinâmicas Sociais e Desenvolvimento Territorial no Território Serra do Brigadeiro: Atores, Redes e Instituições. 2015. f.245 Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, MG, 2015.

FREY, K. Capital social, comunidade e democracia. *Política & Sociedade*, Florianópolis, n. 2, p. 175-187, 2003.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

GRAZIANO DA SILVA, J. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo:

HUCITEC, 1981.210 p.

GRISA, C. As políticas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. *Desenvolvimento em Debate*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 83-109, 2010.

GUANZIROLI, C. *et. alii*. Novo retrato da agricultura familiar – o Brasil redescoberto. INCRA/FAO. Brasília, 2000.

GUANZIROLI, C. et al. Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GAIGER, L. I. Sentidos e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, G. (org.). Economia solidária dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Salvador: Vozes, 2000. p. 191-198.

HABERMAS, J. *Écrits politiques*. Paris: Les Éditions du Cerf, 1990.

HURTIENNE, T. P. Agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 8, n. 1. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário. 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf>. Acesso em 26 mai. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Novo retrato da agricultura familiar: Brasil redescoberto - Projeto de cooperação técnica. Brasília: INCRA, mar. 2000.

JESUS, P. T. L. Cooperação. In: CATTANI, A.D. (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, p. 49-54; 2003.

MAZZEI, B. B.; CRUBELLATE, J.M. Autogestão em empreendimentos econômicos solidários: um estudo comparativo de casos em cooperativas de reciclagem de lixo de Maringá – PR. XXXI Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, RJ, Setembro.2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Plano territorial de cadeias de produção cooperativa: orientações metodológicas e operacionais para a elaboração. Brasília: MDA/SDT, 2007. 56 p.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. O que é economia solidária. Disponível em: http://www.mt.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp. Acesso em 15/08/2017.

MONZÓN, J. L. Economía social y conceptos afines: fronteras borrosas y ambigüedades conceptuales del tercer sector. Valência: Ciriec, p. 924, nov. 2006.

MOTCHANE, J.L. Economia social e economia solidária: álibi ou alternativa ao neoliberalismo? < [Www.ecosol.org.br/textos/motchane.doc](http://www.ecosol.org.br/textos/motchane.doc) > acesso em 26 dez.2017.

NAVARRO, Z. (2001) Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro, *Revista Estudos Avançados*, 16 (44): 83-100.

PASE, H. L. Capital social e qualidade de vida. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.6, n.1, p. 35-59, jan.-abr. 2012.

PEREIRA, J. R. O. et al. Os instrumentos de mensuração do capital social: principais diferenças entre métodos reconhecidos mundialmente. XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino Americano de Pós-graduação - Universidade do Vale do Paraíba,

Taubaté/SP, 2010.

PIRES, M. L. L. A (re)significação da extensão rural. O cooperativismo em debate. In: LIMA, Jorge R. T. (Org.). Extensão rural e desenvolvimento sustentável. Recife: Bagaço, 2003.

PUTNAM, R. D. Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 5ª edição, Rio de Janeiro: ed. FGV, 2006.

PREZOTTO, L. L. A sustentabilidade da agricultura familiar: implicações e perspectivas da legislação sanitária para a pequena agroindústria. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

LECHAT, N. M. P. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? [Civitas, v. 2, n. 1, jun. 2002] p. 123-140, Jan/Mar. 2015.

RIBEIRO, K. Á. A importância das cooperativas agropecuárias para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso da associação de produtores rurais do núcleo VI – Petrolina/PE. In: *Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo*, 2, ago. 2012. Brasília: SESCOOP, 2012. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/downloads/Gecom/ebpc/II_EBCP_Avila_Ribeiro.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.

SABORIN, E. Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro, Garamond, 2009. 336p.

_____. Economia Solidária no meio rural brasileiro: uma análise a partir da noção de reciprocidade. In: VII Congresso da Alasru (Congresso Latino Americano de Sociologia Rural), 2006a. Disponível em: <http://www.alasru.org/cdaldasru2006/09%20GT%20Eric%20Sabourin.pdf>.

_____. Organizações formais e dispositivos coletivos dos agricultores no Nordeste Semi árido. In: SABOURIN, E. (org.). Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural. Cadernos do CEAM, 23. Brasília: UnB, 2006b, pp. 51-93.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, fev. 2003.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política*, v. 30, n.3 (119), p. 511-531, 2010.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade, S. Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SEN, A. e KLIKSBURG, B. As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado, São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Introdução e primeira parte.

SERVA, M. L'État et les organisations de l'économie solidaire, um partenariat complexe. *Économie et Solidarités*, v. 30, n. 1, 1999.

SILVA, M. G. A. Mudanças Organizacionais em Empreendimentos de Agricultura Familiar a partir do Acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, v. 53, n. 2, p. 289-304, abr./jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320032015000200289>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. & SOUZA, A. (org.). A Economia solidária no Brasil; a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia Socialista. In: SINGER, P.; MACHADO, J. Economia Socialista. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

STEINER, P. A sociologia econômica. São Paulo: Atlas, 2006.

STAVENHAGEN, R., Sete teses equivocadas sobre a América Latina, In DURAND, J.C.G. (org.), Sociologia do Desenvolvimento, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

TERLUIN, I.J. Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories. Journal of Rural Studies v.19, p.327- 344, 2003.

VEIGA, J. E. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991.

VEIGA, J.E. Desenvolvimento Sustentável: O desafio do século XXI. E. ed. Rio de Janeiro; Garamond, 2008.

VILELA, K.F. Associativismo e desenvolvimento local, estudo de caso: Pouso Alegre, Alcobaca/BA. 2013. 121 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, ES, 2013.

WANDERLEY, M. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. Desenvolvimento e Meio ambiente, UFPR, n. 2, p. 29-37, jun./dez. 2000.

WANDERLEY, M.B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, Norma. (Erg.) Una nueva ruralidad in América Latina? Buenos Aires: CLACSO/ASDI, 2001.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-319-4

